

*Brasília, 12 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Migalhas

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Marca "Pix" reforça importância da propriedade intelectual digital ..... 3**

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Especialista vê maior fiscalização ao marketing de emboscada na Copa ..... 5**

## Rede Globo Online

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Você conhece a Capital do Café no Paraná? ..... 7**

## O Globo

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | Marco Civil

**STF dá prazo de 60 dias para big techs se adaptarem a regras ..... 8**

## Correio Braziliense - Online

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Polícia apreende mais de uma tonelada de camisas de futebol falsificadas ..... 10**

## Radar Online - Veja.com

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Pirataria

**Venda de produtos falsificados gera prejuízos de meio trilhão de reais na economi... ..... 11**

## Congresso em Foco

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Contratos que tratam IA como simples software estão atrasados ..... 13**

## Revista Globo Rural Online

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Pirataria | Biopirataria

**Brasil entrega nova remessa de sementes ao maior banco genético do mundo ..... 16**

## Marca "Pix" reforça importância da propriedade intelectual digital



Alto renome Marca "Pix" reforça importância da **propriedade intelectual** na economia digital. Especialista alerta que com o registro de marca de alto renome, torna-se uma infração utilizar o termo 'pix' para anunciar os próprios produtos ou serviços. Da Redação

quinta-feira, 11 de junho de 2026

Atualizado às 15:19

O reconhecimento do Pix como marca de alto renome pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** trouxe à tona um debate que vai além do sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central. A decisão reforça a relevância da proteção jurídica de marcas, tecnologias e ativos digitais em um cenário em que a identidade de produtos e serviços se tornou um dos principais patrimônios de empresas e instituições.

Lançado em 2020, o Pix rapidamente se consolidou como um dos meios de pagamento mais utilizados pelos brasileiros, transformando a forma como pessoas e empresas realizam transações financeiras. O sucesso da ferramenta contribuiu para fortalecer sua identificação perante o público, fator que está diretamente relacionado ao reconhecimento da marca como de alto renome, categoria que garante proteção ampliada perante a legislação brasileira.



Luiz Fernando Plastino, do escritório Barcellos Tucunduva Advogados. (Imagem: Divulgação/Barcellos Tucunduva Advogados) Luiz Fernando Plastino, do escritório Barcellos Tucunduva Advogados.

Segundo o advogado Luiz Fernando Plastino, especialista em **Propriedade Intelectual**, Privacidade e Proteção de Dados e Direito de Informática, do escritório Barcellos Tucunduva Advogados, o registro de marcas por órgãos públicos não é novidade, mas o reconhecimento de alto renome representa uma situação diferenciada. "O registro de uma marca pelo Governo Federal, governos estaduais ou prefeituras não é algo incomum. O que chama atenção é o reconhecimento do alto renome. Normalmente, o registro de uma marca é válido para um determinado conjunto de bens e serviços especificados quando é feito seu pedido, assim como para bens e serviços similares ou afins. Já a marca de alto renome é protegida para todos eles, independentemente dessa limitação", explica.

Luiz Fernando Plastino, do escritório Barcellos Tucunduva Advogados. (Imagem: Divulgação/Barcellos Tucunduva Advogados)

Na prática, a medida amplia significativamente a proteção jurídica do nome Pix contra usos indevidos. Embora já existissem limitações para que empresas registrassem marcas contendo a expressão, em razão de sua vinculação a um sistema público de pagamentos, o novo status fortalece as restrições relacionadas ao uso comercial da marca. "Com o registro de marca de alto renome, torna-se uma infração utilizar essa marca para anunciar os próprios produtos ou serviços. Ainda é lícito fazer referência ao Pix para indicar que ele é aceito como forma de

pagamento ou para noticiar fatos relacionados ao sistema, mas fica proibido utilizar essa marca no mercado fora dos cenários e padrões autorizados", esclarece Plastino.

O caso também evidencia uma discussão cada vez mais relevante para o ambiente empresarial: a necessidade de proteção estratégica da **propriedade intelectual**. Em um mercado fortemente baseado em reputação, inovação e ativos intangíveis, o registro de marcas, tecnologias e soluções digitais deixou de ser apenas uma medida burocrática para se tornar um instrumento de proteção patrimonial e competitiva.

Para o especialista, a trajetória do Pix ilustra bem esse cenário. "O registro de uma marca como o Pix mostra o quanto é importante proteger uma **propriedade intelectual** para garantir a sua identidade e,

também, reforçar a proteção e o valor de seus ativos - não apenas no sentido monetário, mas também o valor criado pela exclusividade, a boa fama e o reconhecimento da marca ou tecnologia", destaca.

O advogado ressalta ainda que empresas que utilizam o sistema de pagamentos continuam autorizadas a informar seus clientes sobre a disponibilidade do Pix em suas operações, desde que respeitem as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central. "A documentação e os manuais do Pix explicam como a empresa pode usar a marca para anunciar aos clientes que implantou o sistema de pagamentos em seus negócios e operações. Esses documentos estão disponíveis ao público no site do Banco Central do Brasil e continuam valendo, sendo atualizados periodicamente", conclui.

## Especialista vê maior fiscalização ao marketing de emboscada na Copa



Monitoramento Especialista prevê maior fiscalização ao marketing de emboscada na Copa Rafael Lacaz afirma que, com IA e novas interpretações da Justiça sobre violação de imagem, marcas não patrocinadoras podem ser multadas ao tentar "pegar carona" no Mundial. Da Redação

quinta-feira, 11 de junho de 2026

Atualizado às 14:41

Com o uso de IA e decisões recentes do STJ, a fiscalização do marketing de emboscada na Copa do Mundo de 2026 deve ser ampliada. Marcas não patrocinadoras estarão sujeitas ao monitoramento digital para coibir associações indevidas ao torneio.

Caracterizada pela tentativa de vincular uma marca a um evento sem autorização dos organizadores, a prática não será fiscalizada apenas pelo uso indevido de marcas e símbolos oficiais durante a Copa de 2026.

Especialistas em **Propriedade Intelectual** do escritório explicam que o STJ firmou um entendimento que amplia os riscos para as empresas que descumprirem as regras.

Segundo a análise dos profissionais, a infração e a concorrência desleal podem ser caracterizadas pela apropriação do "conjunto-imagem" (trade dress) da competição. Assim, campanhas que utilizem cores, elementos visuais, tipografia ou referências ao torneio de modo a transmitir ao público uma associação não autorizada com o evento podem dar origem a medidas judiciais.



(Imagem: Reprodução/Kasznar Leonardos | Propriedade Intelectual.)  
Rafael Lacaz, sócio-sênior e head do Kasznar Leonardos.

"Hoje, o rastreamento do que é publicado nas redes sociais é automatizado. O uso de hashtags relacionadas ao evento, promoções com sorteios de passagens para as cidades-sede com temas associados a futebol ou postagens 'estratégicas' no momento dos jogos podem resultar na derrubada imediata do conteúdo e em ações de enriquecimento sem causa", explica Rafael Lacaz, sócio-sênior do Kasznar Leonardos e head da área de Brand Protection.

Rafael Lacaz, sócio-sênior e head do Kasznar Leonardos. (Imagem: Reprodução/Kasznar Leonardos | **Propriedade Intelectual**.)

### Fiscalização em tempo real

O alerta é baseado na atuação recente do Kasznar Leonardos em eventos esportivos. Durante uma partida da NFL realizada em São Paulo, em setembro de 2025, o escritório participou de ações de combate a práticas de marketing de emboscada nos arredores do estádio.

No ambiente digital, Rafael Lacaz alerta que a distinção entre marketing de oportunidade e marketing de emboscada exige atenção das empresas. Segundo ele, campanhas relacionadas ao período da competição podem ser interpretadas como associação indevida ao evento, especialmente quando utilizam elementos visuais, referências temáticas ou estratégias promocionais vinculadas ao torneio.

Entre as medidas recomendadas pelo profissional estão a revisão prévia das campanhas publicitárias, a não utilização de tabelas que reproduzam calendá-

---

Continuação: Especialista vê maior fiscalização ao marketing de emboscada na Copa

rios oficiais de jogos, a não vinculação da venda de produtos ao desempenho de seleções específicas e a observância de termos e expressões protegidos por direitos de **propriedade intelectual**.

Segundo o especialista, o monitoramento de campanhas relacionadas ao torneio passou a contar com recursos tecnológicos capazes de identificar conteúdos potencialmente infratores em tempo real.

## Você conhece a Capital do Café no Paraná?



Capital do Café, Mandaguari produz alguns dos cafés mais premiados do Brasil

A cerca de cinco horas de Curitiba, no Norte Pioneiro do Paraná, fica a cidade de Mandaguari, conhecida como a Capital do Café no Paraná. Com cerca de 36,7 mil habitantes, o município construiu sua história em torno da cafeicultura e hoje é uma das principais referências nacionais na produção de cafés especiais.

Em 2025, o café produzido na região conquistou a **Denominação de Origem** (DO), certificação concedida pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (INPI) que reconhece produtos com características únicas ligadas ao território onde são produzidos.

O reconhecimento abrange uma área formada por seis municípios do Paraná: Mandaguari, Jandaia do Sul, Cambira, Marialva, Apucarana e Arapongas. Com a conquista, o café de Mandaguari se tornou o 20º produto paranaense a receber uma **Indicação**

**Geográfica** concedida pelo **INPI**.

A relação entre Mandaguari e o café atravessa gerações. Famílias produtoras cultivam o grão há quase um século, transformando a atividade em parte da identidade econômica e cultural do município.

Essa tradição ajudou a cidade a construir uma reputação sólida na produção de cafés especiais. Em 2017 e 2018, cafés produzidos na região conquistaram o primeiro lugar na categoria natural do concurso Nosso Café Yara, um dos mais importantes do setor.

Um dos principais diferencial do café da região tem ligação com as características naturais da região. As lavouras localizadas acima de 600 metros de altitude, permitem que os grãos sejam expostos aos invernos frios e secos e aos verões quentes e úmidos da região, proporcionam uma maturação lenta dos grãos. Outro fator importante para esse caráter único do café Mandaguariense é a tradicional terra roxa da região, solo fértil rico em minerais que também contribui na formação do café. O resultado é um café com notas florais e frutadas, acidez suave e sabores que remetem ao caramelo e ao chocolate.

A força do café também abriu espaço para novas atividades turísticas na região.

A principal delas é a Rota do Café, que permite aos visitantes conhecer propriedades rurais, acompanhar as etapas de produção dos grãos e vivenciar de perto a tradição cafeeira que faz parte da identidade de Mandaguari.

## STF dá prazo de 60 dias para big techs se adaptarem a regras



A Corte manteve, por unanimidade, a ampliação da responsabilização das redes.

O Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou ontem, por unanimidade, o entendimento que ampliou a responsabilidade das plataformas digitais por publicações feitas por seus usuários, com recados dos ministros sobre a importância da regulação para conter a circulação de conteúdos criminosos. Foi estabelecido um prazo de 60 dias, a partir da conclusão do caso, para que as regras sejam aplicadas.

Todos os ministros já votaram, mas o julgamento seguirá na semana que vem com a apresentação do resultado dos debates. A Corte discutiu ajustes na tese fixada em junho do ano passado, relacionados à aplicação prática da decisão, mas destacaram a "qualidade" das regras impostas às big techs.

Os magistrados classificaram como "essencial" o reforço da responsabilização das empresas para proteger a população, sem "tolhimento de liberdade", e indicaram que o julgamento pode ajudar a Justiça Eleitoral este ano.

Uma das obrigações com prazo de 60 dias para serem aplicadas trata do dever de cuidado em caso de circulação massiva de conteúdos ilícitos, ou seja, a obrigação de plataformas removerem imediatamente conteúdos que configurem crimes graves, como terrorismo, crimes contra a democracia e in-

citação à discriminação. Esse item só valerá para provedores de grande porte, com mais de um milhão de usuários.

### PONTO CENTRAL

O ministro Flávio Dino frisou que a responsabilidade das plataformas é o ponto central da discussão sobre as redes: - É essencial que não haja, em nome da suposta liberdade, a defesa dos vícios que aí estão. É a bet sugando energia material do povo, e big tech sugando energia espiritual das pessoas. Os mecanismos viciantes introduzidos nesse modelo de negócios nada têm a ver com liberdade. É igual à regulação antitabagista: trata-se de proteger um valor maior, a saúde das famílias, das crianças. Isso nada tem de tolhimento da liberdade.

O ministro Alexandre de Moraes destacou que a responsabilidade das plataformas é um tema "importantíssimo" que é discutido no mundo inteiro e ponderou que a decisão do STF sobre o tema é um passo para "afastar a ideia de que as redes sociais são terra de ninguém". Segundo o ministro, a regulamentação mostra que o Brasil e o STF estão "na vanguarda".



- Não haveria nem necessidade de Decisão. O relator, Dias Toffoli, afirmou não se tratar de censura, e sim "de um modelo de pesos e contrapesos".

- Elas sempre são boas, mas se aplicássemos na vida virtual o que aplicamos na vida real, nós teríamos já contido esses exageros - afirmou.

Moraes também destacou que a decisão do STF sobre as plataformas será importante para auxiliar a Justiça Eleitoral nas eleições deste ano. Para ele, o

---

Continuação: STF dá prazo de 60 dias para big techs se adaptarem a regras

juízo da Corte fornece "instrumentos importantes" para o combate à desinformação "anabolizada" pelas redes sociais e pela inteligência artificial, inclusive para que as big techs "não se deixem instrumentalizar e possam colaborar com a proteção da democracia".

A ministra Cármen Lúcia destacou que a Constituição não protege a liberdade de expressão quando é usada para a prática de crimes e que, nesses casos, é necessária uma resposta do Direito. A ministra destacou também que as plataformas são empresas e que os algoritmos "não agem sozinhos".

- Agem manipulados. De forma anônima para nós, mas não para quem está manipulando, como se nós não fôssemos seres humanos, mas fantoches - frisou.

O relator, Dias Toffoli, afirmou que os ministros foram "muito equilibrados" ao estabelecer a tese, por unanimidade.

- Não se trata de censura, como alguns alegam. É um modelo de pesos e contrapesos nesse novo mundo que estamos a experimentar - disse o ministro.

O STF analisou uma série de recursos impetrados contra a decisão que considerou trecho do **Marco Civil** da Internet parcialmente inconstitucional. Foram debatidos alguns ajustes na tese fixada no ano passado, mas sem mudança no teor do que foi definido.

## Polícia apreende mais de uma tonelada de camisas de futebol falsificadas



Os produtos ostentavam símbolos de diversos clubes nacionais e internacionais e eram vendidos para consumidores e revendedores do Distrito Federal

A Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM/CORF), da Polícia Civil (PCDF), em parceria com o Procon-DF, apreendeu mais de uma tonelada de camisas falsificadas. Os produtos ostentavam marcas e símbolos de organizações esportivas nacionais e internacionais e abasteciam tanto o consumidor final quanto revendedores do Distrito Federal e de municípios do Entorno.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

O tabu que persegue a Seleção Brasileira aparece novamente esse ano

Dividida em quatro fases, a Operação Torcida Segura concentrou as buscas em lojas localizadas nas regiões administrativas do Riacho Fundo, de Planaltina e Ceilândia. Além do montante massivo de vestuário apreendido, as diligências resultaram na prisão em flagrante de três suspeitos, no cumprimento de dois mandados de busca e apreensão e na execução de um mandado de prisão preventiva.

Com a proximidade da Copa do Mundo Masculina de 2026 e os preparativos para a Copa do Mundo Feminina de 2027, que terá o Brasil como país-sede e Brasília como uma das cidades que acolherá os jogos, o mercado de camisas de futebol vive um período de alta demanda, o que costuma inflar o comércio ilegal.

De acordo com as autoridades, os envolvidos responderão por crimes contra a **propriedade intelectual** das organizações esportivas (previsto na Lei Geral do Esporte, com pena que varia de 2 a 4 anos de reclusão e multa), além do crime de fraude no comércio, tipificado no artigo 175 do Código Penal.

## Venda de produtos falsificados gera prejuízos de meio trilhão de reais na economia brasileira



Parte da atividade do Brasil está sendo sequestrada por esse mercado

A pirataria e o contrabando causam prejuízo de R\$ 500 bilhões no Brasil, impulsionando o crime organizado e descapitalizando o país. Setores como bebidas, vestuário e combustíveis são os mais afetados, enquanto agências fiscalizadoras sofrem cortes orçamentários, evidenciando a falta de empenho para mudar esse cenário crônico.

Este resumo foi útil?

Resumo gerado por ferramenta de IA treinada pela redação da Editora Abril.

De camisas da seleção a canetas emagrecedoras, passando por bebidas alcoólicas e serviços de streaming clandestinos, a pirataria é um problema sério. Para reconhecer isso, nem precisávamos do governo dos Estados Unidos, que no início deste mês usou as violações à **propriedade intelectual** de produtos americanos como uma das justificativas para cogitar uma tarifa adicional de 25% sobre as importações oriundas do Brasil. O presidente americano Donald Trump diz estar preocupado com o comércio ilegal, mas os maiores prejudicados estão em território brasileiro: só em 2025, a economia do país perdeu mais de 500 bilhões de reais em decorrência da falsificação e do contrabando de produtos, segundo a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF). O prejuízo é equivalente ao produto interno bruto de Santa Catarina - e cresceu quase 80% nos últimos cinco anos. Parte da atividade econômica do Brasil está sendo sequestrada por esse mercado. Enquanto empresários honestos pagam impostos (altos) e royalties, os fal-

sificadores e contrabandistas, cada vez mais ligados ao crime organizado, lucram em condições extremamente vantajosas.

As bebidas alcoólicas lideram entre os setores mais afetados pelo mercado ilegal (veja o quadro). O crescimento se dá principalmente no comércio eletrônico. Atualmente, quem anuncia bebidas na internet não é obrigado a apresentar documentos comprovando a origem do produto. "O que o governo poderia fazer desde já é regular melhor o comércio on-line", diz Cristiane Foja, presidente da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe). Além de comprovação da procedência das mercadorias nas plataformas digitais, a entidade defende restrição total à venda de garrafas vazias, usadas pelos falsificadores. Resolver o problema é urgente não só do ponto de vista econômico, mas também de saúde pública, como demonstraram as contaminações por metanol em bebidas falsificadas no ano passado.

O segundo setor mais prejudicado pela pirataria é o de vestuário, situação agora piorada pela Copa do Mundo. Nos últimos três meses, quase 1 milhão de camisas de times falsificadas foram apreendidas. Nas operações, Receita Federal, Polícia Federal e forças de segurança estaduais fazem um trabalho importante, mas que equivale a enxugar gelo. "Temos uma sociedade que é permissiva com as falsificações, porque o desejo do consumidor de possuir um produto com determinado logo fala mais alto que a preocupação com a procedência", diz Edmundo Lima, presidente da Associação Brasileira do Varejo Têxtil.

Cerca de 35% das vendas do setor são "informais", ou seja, envolvem práticas como pirataria ou ausência de nota fiscal. A migração do tradicional camelô físico para os "camelôs digitais", somada ao fim da "taxa das blusinhas" (o imposto sobre importações de baixo valor que Lula descontinuou em maio), piora a situação. Sites chineses que se beneficiam com o fim do imposto tendem a ser menos rigorosos em relação à pirataria. "Prevemos um aumento das falsificações no país", diz Lima. O problema

vai muito além dos limites da Rua 25 de Março, no centro de São Paulo, citada nominalmente pela investigação dos Estados Unidos, ou do centro comercial Saara, no Rio de Janeiro.

O setor de combustíveis, que completa o pódio dos mais prejudicados por contrabando e adulterações, resume bem os dois maiores entraves a um combate efetivo contra o comércio ilegal de uma maneira mais ampla. Trata-se da porta de entrada para o crime organizado em atividades aparentemente lícitas, aproveitando-se da fiscalização ineficiente. Juntos, óleo diesel, gasolina e álcool rendem 118 bilhões de reais para o crime organizado anualmente, enquanto a venda de cocaína gera "apenas" 15 bilhões de reais às facções, segundo um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. As entidades setoriais reclamam que os recursos necessários para fiscalizar setores afetados por comércio ilegal são cada vez mais escassos. No mês passado, o governo Lula anunciou um bloqueio de 300 milhões de reais no orçamento das agências reguladoras federais. O valor equivale a 18% dos recursos que os órgãos teriam disponíveis no ano. A Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), por exemplo, hoje tem um orçamento 80% menor que o de cinco anos atrás. "Muita gente quer uma ANP fraca, não forte", diz Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, que defende a concorrência justa no setor.

Enquanto o orçamento encolhe, cresce a demanda por agentes de fiscalização e de funcionários capazes de tomar decisões administrativas essenciais para o combate à pirataria. As canetas emagrecedoras, como Ozempic e Mounjaro, são a nova fronteira das falsificações. Prestes a entrar nesse segmento, a farmacêutica EMS estima que o mercado ilegal, portanto sem o devido registro dos produtos, pode ser até cinco vezes maior que o formal. As apreensões desses medicamentos au-

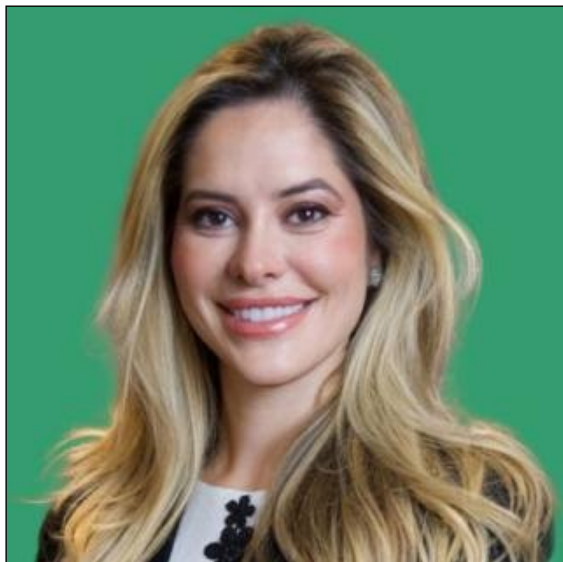
mentaram 1 000% em Foz do Iguaçu, no Paraná, na fronteira com o Paraguai, em relação a doze meses atrás, segundo a Receita Federal. Foram 79 000 unidades barradas de janeiro a maio deste ano, ante 7 500 nos mesmos meses de 2025. Responsável por regular e determinar apreensões desse tipo de produto entre outros, a **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** também não está isenta do bloqueio orçamentário de 18%.

Ao esvaziar agências como a **Anvisa**, o governo atual está conseguindo agravar um problema crônico. "Nunca, nos meus vinte anos de atuação nessa área, vi a vontade política necessária para moralizar o negócio", diz Rodolpho Ramazzini, diretor da ABCF. Ele afirma que o gasto com a fiscalização de mercadorias poderia ser facilmente superado com o ganho arrecadatário ao combater a evasão fiscal. "Somente no setor de bebidas, poderíamos recuperar ao menos 20 bilhões de reais para os cofres públicos", defende.

Alguns setores, como o de cigarros, argumentam que as falsificações mais lucrativas para os criminosos são as de produtos altamente tributados. "Existe um nível ideal para a tributação e, quando ele é ultrapassado, o único efeito é empurrar o consumidor para o mercado ilegal", diz Guatimozin Santos, gerente-sênior para assuntos externos da Philip Morris Brasil. O secretário-executivo do **Conselho Nacional de Combate à Pirataria**, Valmir Dantas, porém, considera que há medidas mais apropriadas do que reduzir impostos: "Entre elas, um melhor controle das fronteiras nacionais e a articulação de operações de fiscalização e repressão ao crime". É um vexame nacional o Brasil ter virado a pátria da pirataria. As soluções são conhecidas, mas falta o empenho necessário para mudar esse cenário.

Publicado em VEJA de 12 de junho de 2026, edição nº 2999

## Contratos que tratam IA como simples software estão atrasados



Por Lúcia Moioli. Sistemas capazes de recomendar, decidir e aprender exigem novas regras de governança, responsabilidade e transparência nas relações empresariais.

Durante décadas, os contratos empresariais aprenderam a tratar software como ferramenta. O sistema armazenava, calculava, processava, emitia relatórios, organizava fluxos e, quando muito sofisticado, automatizava tarefas repetitivas. A lógica jurídica era relativamente confortável: havia um fornecedor, uma licença, um SLA, uma política de suporte, uma limitação de responsabilidade e, ao final, a velha ficção contratual de que a tecnologia apenas executava aquilo que alguém humano havia previamente determinado. Era uma época quase bucólica, em que o contrato fingia compreender a tecnologia e a tecnologia fingia obedecer ao contrato.

A inteligência artificial rompe essa tranquilidade. Não porque seja mágica, consciente ou dotada de vontade própria, mas porque desloca o centro de gravidade da relação contratual. O contrato que continua tratando esse fenômeno como se fosse apenas mais uma licença de software está, para dizer com delicadeza, juridicamente atrasado.

No Brasil, ainda não há uma lei geral de inteligência artificial em vigor. O projeto de lei 2.338/2023, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, está sujeito à apreciação do Plenário e, segundo a ficha de tramitação da Câmara,

aguarda parecer do relator na Comissão Especial destinada a analisá-lo. Portanto, qualquer afirmação sobre o futuro regime brasileiro de IA deve ser lida como referência à proposta legislativa, e não como direito positivo vigente. Na União Europeia, por outro lado, o Regulamento Europeu de Inteligência Artificial, o AI Act, foi publicado como Regulamento (UE) 2024/1689 e estabelece um modelo regulatório baseado em risco, com regras harmonizadas para colocação no mercado, disponibilização e uso de sistemas de IA, além de um calendário faseado de aplicação. Esse contraste importa porque contratos empresariais brasileiros já se conectam a cadeias globais, fornecedores estrangeiros, grupos multinacionais, fundos internacionais, clientes europeus, bases de dados distribuídas e operações digitais que ignoram com admirável indiferença a fronteira confortável do departamento jurídico local.

A primeira função de uma cláusula de IA em contratos empresariais é definir o objeto tecnológico com precisão. Não basta dizer que a solução "poderá utilizar inteligência artificial". Essa fórmula serve para quase tudo e, justamente por isso, serve para muito pouco. O contrato deve identificar se a IA é generativa, preditiva, classificatória, conversacional, decisória, recomendatória ou meramente auxiliar; se utiliza modelos próprios, modelos de terceiros ou infraestrutura externa; se opera com treinamento contínuo; se os dados do cliente podem retroalimentar o sistema; se há intervenção humana no ciclo decisório; se os outputs são determinísticos, probabilísticos ou estatísticos; e se a ferramenta será usada em ambiente produtivo, experimental ou de teste. Sem essa taxonomia mínima, a cláusula de responsabilidade vira um pequeno teatro: as partes discutem indenização sem saber exatamente qual risco foi contratado.

A segunda, é estabelecer limites de uso. Esses limites devem ser redigidos com a mesma seriedade que se dedica a cláusulas de mandato, poderes de representação e alçadas internas. Quando a automa-

ção passa a interagir com terceiros, recomendar condutas ou produzir consequências econômicas, ela deixa de ser apenas ferramenta e passa a integrar a cadeia de manifestação operacional da empresa.

A terceira, é construir uma matriz de responsabilidade compatível com o controle real de cada parte. O fornecedor deve responder por defeitos do sistema, falhas de segurança, vícios de implementação, descumprimento de documentação técnica, alterações não comunicadas, uso indevido de dados, outputs incompatíveis com funcionalidades prometidas, ausência de logs, degradação relevante de desempenho e descumprimento de obrigações de auditoria. O cliente, por sua vez, deve responder por usos fora da finalidade contratada, parametrizações indevidas, dados de entrada incorretos, ausência de revisão humana quando exigida, integração temerária com sistemas críticos e decisões empresariais tomadas contra alertas expressos da ferramenta. Já os riscos residuais, aqueles que decorrem da própria natureza probabilística do sistema, devem ser alocados com clareza, inclusive por meio de franquias, caps específicos, seguros, indenidades setoriais e exclusões qualificadas. O que não se deve aceitar é o vazio: esse espaço confortável em que ninguém responde porque todos "apenas participaram" da cadeia tecnológica.

Empresas que continuam tratando IA como simples software ignoram desafios relacionados a dados, auditoria, explicabilidade e alocação de riscos. Magnific



Empresas que continuam tratando IA como simples software ignoram desafios relacionados a dados, auditoria, explicabilidade e alocação de riscos. Empresas que continuam tratando IA como simples software ignoram desafios relacionados a dados, auditoria, explicabilidade e alocação de riscos.

A quarta função é regular explicabilidade, documentação e auditoria. Em muitos contratos, o fornecedor resiste a abrir informações sob o argumento

de segredo comercial, proteção de **propriedade intelectual** ou segurança do modelo. Esses argumentos podem ser legítimos, mas não podem funcionar como salvo-conduto para opacidade absoluta. A

solução contratual sofisticada não é exigir acesso irrestrito ao código-fonte, como se todo cliente estivesse preparado para auditar redes neurais no intervalo entre uma reunião de comitê e outra. A solução é criar camadas proporcionais de transparência: documentação funcional, descrição de bases de treinamento quando aplicável, métricas de desempenho, relatórios de acurácia, testes de vies, logs de decisão, trilhas de auditoria, relatórios de incidentes, explicação de critérios relevantes, direitos de auditoria por terceiro independente e obrigação de cooperação em processos administrativos, judiciais ou regulatórios. O segredo comercial protege o modo de fazer; não deveria servir para esconder o efeito produzido.

A quinta função é tratar confidencialidade e proteção de dados com a dureza que o tema exige. A LGPD disciplina o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, por pessoas naturais ou jurídicas, e esse ponto não desaparece porque o tratamento passou a ocorrer em uma interface elegante com aparência futurista. Em setores regulados, o risco é ainda maior: o vazamento de um prompt pode ser tão sensível quanto o vazamento de um arquivo; a diferença é que, no prompt, a empresa costuma confessar exatamente o que queria descobrir.

A sexta função é definir propriedade dos inputs, outputs e melhorias. Em IA generativa, a pergunta "quem é dono do resultado?" raramente admite resposta universal. Um relatório gerado a partir de dados do cliente pode ser de titularidade do cliente, mas o fornecedor pode pretender usar padrões agregados para melhoria do serviço. A ausência dessa disciplina cria disputas elegantes e caras, como quase todas as disputas que poderiam ter sido evitadas por uma boa cláusula escrita antes da primeira fatura.

A sétima função é disciplinar exclusões de responsabilidade sem transformar o contrato em ficção científica defensiva. Há uma linha clara entre limitar responsabilidade e vender irresponsabilidade. Cláusulas que excluem qualquer responsabilidade por erro, inexatidão, indisponibilidade, vies, violação de confidencialidade, infração de direitos de terceiros, perda de dados e descumprimento regulatório,

mesmo quando o fornecedor controla arquitetura, treinamento, segurança e atualização do sistema, tendem a produzir mais litígio do que segurança. A boa cláusula não elimina risco; ela o torna juridicamente inteligível.

A oitava função é prever seguros adequados. O mercado ainda está amadurecendo produtos específicos para riscos de IA, mas contratos empresariais já podem exigir cyber insurance, errors and omissions, professional liability, cobertura para violação de dados, responsabilidade por tecnologia, custos de resposta a incidentes, defesa em reclamações de terceiros e, quando disponível, coberturas específicas relacionadas a decisões automatizadas, falhas algorítmicas, violação de **propriedade intelectual** e danos decorrentes de outputs. O ponto relevante é impedir que a cláusula indenizatória seja economicamente decorativa.

O projeto de lei 2.338/2023, na versão submetida à Câmara, propõe normas gerais para governança responsável de sistemas de IA, com objetivos declarados de proteção de direitos fundamentais, estímulo à inovação responsável, competitividade e implementação de sistemas seguros e confiáveis. Mesmo antes de eventual aprovação, sua existência sinaliza uma direção regulatória relevante: IA será cada vez

menos tratada como tema meramente tecnológico e cada vez mais como tema de governança, accountability, documentação, transparência e responsabilidade.

Contratos que tratam IA como simples software estão juridicamente atrasados. Não porque o Direito precise correr atrás de cada novidade tecnológica com o desespero de quem perdeu o último trem, mas porque a contratação empresarial séria não pode confundir ferramenta com agente operacional, recomendação com decisão, opacidade com segredo legítimo e automação com irresponsabilidade. A inteligência artificial pode até negociar, recomendar, decidir e errar. O que ela ainda não faz, para alívio dos advogados e desgosto dos maus contratos, é responder sozinha pela conta (ainda).

O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão de texto para [email protected].

## Brasil entrega nova remessa de sementes ao maior banco genético do mundo



Foram depositadas em Svalbard, na Noruega, amostras de caju, fava, amendoim, mamona e gergelim

A presidente da Embrapa, Silvia Massruhá, foi até a sede da estrutura, que também é conhecida como "cofre do juízo final" ou "Arca de Noé das plantas", para levar amostras de caju, fava, amendoim, mamona e gergelim.

As sementes vão se somar aos 8.125 materiais já depositados pela estatal no silo norueguês, considerado a maior reserva de segurança agrícola do planeta e que existe para proteger a biodiversidade diante de ameaças como guerras, mudanças climáticas e pragas.

e territórios. Como os envios não são feitos diretamente pelos governos nacionais, as amostras chegam ao banco por meio de aproximadamente 120 instituições de pesquisa e bancos genéticos distribuídos em mais de 85 países.

"Essa iniciativa reforça o compromisso da ciência brasileira com a segurança alimentar, a preservação dos **recursos genéticos** e a capacidade de responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Ao levarmos para Svalbard materiais desenvolvidos no Brasil, mostramos ao mundo a relevância da nossa pesquisa agropecuária e a contribuição da Embrapa para uma agricultura cada vez mais sustentável, resiliente e inovadora", disse Silvia.

Desde 2012, a Embrapa representa o Brasil no banco global. A maior quantidade de acessos depositados é de arroz (4.850), feijão (514) e milho (739). Há ainda forrageiras, fruteiras, hortaliças, espécies florestais, soja e trigo.

Banco brasileiro

A caixa-forte brasileira, na sede da Embrapa **Recursos Genéticos** e Biotecnologia, conserva as sementes a 18°C abaixo de zero, em condições semelhantes às do banco norueguês, garantindo que permaneçam viáveis por dezenas ou centenas de anos.

Há ainda uma área para a instalação de outras duas câmaras, ampliando a capacidade de armazenamento para até 900 mil amostras.

# Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem .....	5
Marco Civil .....	6,7
Marco regulatório   INPI .....	1,2,5
Pirataria .....	9,10
Pirataria   Biopirataria .....	14
Propriedade Industrial .....	1,2,5
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,8,9,10,11,12,13